



*Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto*

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

**UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

# **RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

**RELOCI – CONTAS DE GOVERNO –  
CONSOLIDADO**

**(ITEM 3.2.1, ANEXO III DA IN TCE/ES 68/2020)**

**EXERCÍCIO DE 2021**



# *Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto*

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

## **Prefeito Municipal**

*Cláudio José de Carvalho Neto*

## **Controlador Geral Interno**

*Carlos Alberto da Silva Junior*

05/05/2021 à 17/12/2021

*Marcos Antônio de Souza*

01/04/2021 à 15/04/2021

*Roberta Querubim Medeiros Martins*

16/04/2021 à 04/05/2021

*Luciane Teresinha Provani Palácios*

06/01/2021 à 30/03/2021

## **Coordenador da Unidade Central de Controle Interno**

*Ivana Cecília Lacerda Loreti*

01/06/2021 à 17/12/2021

*Eduarda Simonetti Paze*

19/01/2021 à 30/05/2021

## **Auditores Públicos Municipais**

*Roberta Querubim Medeiros Martins*

06/01/2021 à 15/04/2021

05/05/2021 à 04/07/2021

*Luciane Teresinha Provani Palácios*

A partir de 01/07/2021

*Yago Cindra Rodrigues*

06/10/2021 à 17/12/2021



## SUMÁRIO

<b>1. Relatório .....</b>	<b>4</b>
<b>1.1. Introdução .....</b>	<b>4</b>
<b>Pontos de Controle verificados .....</b>	<b>4</b>
<b>1.2. Constatações e Proposições dos Pontos de Controle.....</b>	<b>14</b>
<b>1.3. Da Gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal .....</b>	<b>21</b>
<b>1.4. Da Gestão Previdenciária .....</b>	<b>21</b>
<b>1.5. Análise das Demonstrações Contábeis .....</b>	<b>22</b>
1.5.1. Análise da Consistência dos Saldos de Restos a Pagar Não Processados entre Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro .....	22
1.5.2. Análise da Consistência dos Saldos de Restos a Pagar Processados entre Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário.....	23
1.5.3. Análise da Execução Orçamentária na dotação Reserva de Contingência informada no Balanço Orçamentário .....	23
1.5.4. Análise da Execução Orçamentária na dotação Reserva do RPPS informada no Balanço Orçamentário .....	23
1.5.5. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à Receita Orçamentária	23
1.5.6. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à Despesa Orçamentária	24
1.5.7. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício anterior da conta Caixa e Equivalentes de Caixa .....	24
1.5.8. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício anterior atual da conta Caixa e Equivalentes de Caixa .....	24
1.5.9. Análise entre a Demonstração das Variações Patrimoniais e o Balanço Patrimonial em relação ao resultado patrimonial.....	24
1.5.10. Análise entre os totais dos saldos devedores e dos saldos credores.....	25
1.5.11. Análise da despesa Executada em relação à Dotação Atualizada.....	25
<b>1.6. Constatações quanto aos Arquivos da PCA.....</b>	<b>26</b>
<b>2. Parecer do Controle Interno .....</b>	<b>27</b>



**MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE PREFEITO - CONSOLIDADA**

**Emitente:** Unidade Central de Controle Interno do Município de Dorcas do Rio Preto

**Unidade Gestora:** Município de Dorcas do Rio Preto

**Gestor responsável:** Cleudenir José de Carvalho Neto

**Exercício:** 2021

## 1. RELATÓRIO

### 1.1. INTRODUÇÃO

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, essa Unidade de Controle Interno realizou, no exercício de 2021, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, além das constatações quanto aos arquivos da PCA, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

### PONTOS DE CONTROLE VERIFICADOS

Código	Objeto/Ponto de controle	Informações Analisadas	Base Legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle <sup>8</sup>	Amostra Selecionada <sup>9</sup>
1.1.3	Transferência de recursos orçamentários ao Poder Legislativo.	Balanco Financeiro  Cadastro de Movimentação Financeira, emitido no sistema contábil	CRFB/88, art. 168.	Avaliar se os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos do Poder Legislativo, foram transferidos pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês, em duodécimos.	R\$1.101.000,00	100%
1.2.13	Equilíbrio Financeiro e Atuarial	Lei 924/2020  Balanco Orçamentário	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Verificar a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial no ente que instituir ou manter RPPS.	Lei 924/2020  1.2.13hh Balanco Orçamentário	100%
1.2.14	Equilíbrio Financeiro e Atuarial Plano de Equacionamento	Balanco Orçamentário do PREVIDRP	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º.	Avaliar, nos institutos próprios de previdência social onde for verificado desequilíbrio financeiro e atuarial, se estão sendo instituídas medidas com vistas ao reequilíbrio do regime próprio de previdência.	(R\$ 1.018.363,04) Valor apurado em análise do Balanco Orçamentário	100%
1.3.6	Dívida ativa e demais créditos tributários –	Relatório e informações constantes no	LC 101/2000, art. 11.	Avaliar se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da	R\$193.884,56	100%



# Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

	cobrança regular	processo 0704/2022.		dívida ativa e dos demais créditos tributários de competência do ente da federação.		
1.4.1.	Educação aplicação mínima	RREO Bimestre Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE) 6º	CRFB/88, art. 212, Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 69	Avaliar se a aplicação de recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino atingiu o limite de vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, considerando recursos aplicados a totalidade de despesas liquidadas compatíveis à função de governo, conforme Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB.	R\$6.484.176,29(equivalente a 27,63%)	100%
1.4.2	Educação – remuneração dos profissionais do magistério	RREO Bimestre Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE) 6º	CRFB/88, art. 77, Inciso III, do ADCT c/c LC 141/2012, arts. 6º e 7º.	Avaliar se foram destinados, no mínimo, 70% dos recursos do FUNDEB ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.	R\$3.757.864,79 (equivalente a 71,90%)	100%
1.4.4	Saúde aplicação mínima	RREO Bimestre Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde 6º	CRFB/88, art. 77, Inciso III, do ADCT c/c LC 141/2012, arts. 6º e 7º.	Avaliar se foram aplicados, em ações e serviços públicos de saúde, recursos mínimos equivalentes a 12% e 15%, respectivamente, pelo estado e pelos municípios, da totalidade da arrecadação de impostos e das transferências que compõem a base de cálculo conforme previsto na CRFB/88 e na LC 141/2012	R\$3.689.671,52(equivalente a 16,29% das despesas liquidadas)	100%
1.4.7	Despesas com pessoal limite	RGF 2º Semestre Demonstrativo da Despesa com Pessoal	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.	R\$14.293.452,46 (equivalente a 42,99%)	100%
1.4.10	Despesas com pessoal limite prudencial vedações	RGF 2º Semestre Demonstrativo da Despesa com Pessoal	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º	Avaliar se as despesas totais com pessoal ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e, no caso de ocorrência, se as medidas saneadoras previstas no artigo 23 (e 169, §§ 3º e 4º da CF 88) foram adotadas.	R\$14.293.452,46 (equivalente a 42,99%)	100%
1.4.11	Despesas com pessoal – extrapolação do limite – providências / medidas de contenção	RGF 2º Semestre Demonstrativo da Despesa com Pessoal	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Avaliar se as despesas totais com pessoal ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e, no caso de ocorrência, se as medidas saneadoras	R\$14.293.452,46 (equivalente a 42,99%)	100%



# Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

				previstas no artigo 23 (e 169, §§ 3º e 4º da CF 88) foram adotadas.		
1.4.14	Transferências para o Poder Legislativo Municipal	Balço Financeiro PMDRP  Cadastro de Movimentação Financeira, emitido no sistema contábil	CRFB/88, ART. 29-A, § 2º.	Avaliar se os repasses ao Poder Legislativo Municipal obedeceram os dispositivos contidos no § 2º do artigo 29-A da CRFB/88.	R\$1.101.000,00	100%
1.4.15	Dívida pública extrapolação de limite no decorrer da execução orçamentária redução do valor excedente	RGF 2º Semestre Demonstrativo da Dívida Consolidada Liquida	LC 101/2000, art. 31 e Resolução nº 40/2001 do Senado Federal	Avaliar se a dívida consolidada do Estado/Município ultrapassou o respectivo limite ao final de um quadrimestre. Em caso positivo, verificar se a mesma foi reconduzida ao seu limite até o término dos três quadrimestres subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro.	R\$0,00	100%
1.4.16	Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária limite	RGF 2º Semestre Demonstrativo das Operações de Crédito	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 10	Avaliar se houve contratação de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício. Existindo, verificar se o saldo devedor das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária não excedeu o limite de 7% (sete por cento) da receita corrente líquida.	R\$0,00	100%
2.1.2	LDO limitação de empenho.	Art.23 da Lei nº904/2020 LDO	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II do artigo 4º, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31, todos da LRF.	LDO – Exercício 2021	100%
2.1.4	LDO condições para transferências de recursos a entidades privadas.	Art.28 da Lei nº904/2020 LDO	LC 101/2000, art. 4º, inciso I, alínea	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha dispositivo estabelecendo condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.	LDO – Exercício 2021	100%
2.1.5	LDO Anexo de Metas Fiscais Atuais - Metas Anuais - 2021 abrangência	Anexo de Metas Fiscais Atuais - Demonstrativo I - Metas Anuais - 2021 <a href="https://transparencia.pmdrp.es.gov">https://transparencia.pmdrp.es.gov</a>	LC 101/2000, art. 4º, §§ 1º e 2º.	Avaliar se a LDO aprovada para o exercício continha Anexo de Metas Fiscais estabelecendo metas anuais relativas a receitas e despesas,	LDO – Exercício 2021	100%



# Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

		br/abrir_arquivo.a spx/Demonstrativo _I_Metas_Anua is_?cdLocal=2&ar quivo={ACCB6C 7-AC04-E01C- CBCD- B6104B30CB4B}. pdf		resultados nominal e primário, montante da dívida pública, dentre outras informações, na forma estabelecida pela LRF.		
2.1.6	LDO Anexo de Metas Fiscais conteúdo	Anexo de Metas Fiscais – LDO para 2021  <a href="https://transparencia.pmdrp.es.gov.br/downloads/categoria/ldo---2021/10645">https://transparencia.pmdrp.es.gov.br/downloads/categoria/ldo---2021/10645</a>  MDF 11ª edição.	Portaria STN nº 637/2012	Avaliar se os demonstrativos que integraram o Anexo de Metas Fiscais da LDO aprova para o exercício foram elaborados em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN.	LDO – Exercício 2021	100%
2.1.7	LDO Anexo de Riscos Fiscais abrangência	Anexo de Riscos Fiscais – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências - LDO para 2021.  <a href="https://transparencia.pmdrp.es.gov.br/abrir_arquivo.a&lt;br/&gt;spx/Demonstrativo&lt;br/&gt;_de_Riscos_Fisc&lt;br/&gt;ais_e_Providenci&lt;br/&gt;as?cdLocal=2&amp;ar&lt;br/&gt;quivo={68CAC0A&lt;br/&gt;A-70C2-E7C1-&lt;br/&gt;E1BC-&lt;br/&gt;ADB15C5A6D61}.&lt;br/&gt;pdf">https://transparencia.pmdrp.es.gov.br/abrir_arquivo.a spx/Demonstrativo _de_Riscos_Fisc ais_e_Providenci as?cdLocal=2&amp;ar quivo={68CAC0A A-70C2-E7C1- E1BC- ADB15C5A6D61}. pdf</a>	LC 101/2000, art. 4º, § 3º	Avaliar se a LDO aprova para o exercício continha Anexo de Riscos Fiscais avaliando os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso esses passivos e riscos se concretizassem.	LDO – Exercício 2021	100%
2.1.8	LDO Anexo de Riscos Fiscais conteúdo	Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências – LDO 2021.  <a href="https://transparencia.pmdrp.es.gov.br/abrir_arquivo.a&lt;br/&gt;spx/Demonstrativo&lt;br/&gt;_de_Riscos_Fisc&lt;br/&gt;ais_e_Providenci&lt;br/&gt;as?cdLocal=2&amp;ar&lt;br/&gt;quivo={68CAC0A&lt;br/&gt;A-70C2-E7C1-&lt;br/&gt;E1BC-&lt;br/&gt;ADB15C5A6D61}.&lt;br/&gt;pdf">https://transparencia.pmdrp.es.gov.br/abrir_arquivo.a spx/Demonstrativo _de_Riscos_Fisc ais_e_Providenci as?cdLocal=2&amp;ar quivo={68CAC0A A-70C2-E7C1- E1BC- ADB15C5A6D61}. pdf</a>	Portaria STN nº637/2012	Avaliar se o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências que integrou a LDO aprova para o exercício foi elaborado em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais editado pela STN.	LDO – Exercício 2021	100%
2.1.9	Programação orçamentária disponibilização de estudos e estimativas de receitas.	Informações prestadas pela Secretaria de Administração e Finanças, através do processo nº 0703/2022 .		Avaliar se o Poder Executivo colocou à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as	Informações prestadas pela Secretaria de Administração e Finanças, através do processo nº 0703/2022.	100%





# Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

				respectivas memórias de cálculo.		
2.1.13	LOA reserva de contingência	Art. 19, §1º e §2º da Lei nº 904/2020 –LDO e Lei nº 926/2020-LOA - <a href="https://transparencia.pmdrp.es.gov.br/abrir_arquivo.aspx/ANEXO_VII_Demonstrativo_por_funcao_subfuncao_e_programa_por_projeto_atividade?cdLocal=2&amp;arquivo={EAD3E4D-E14D-A84B-BA10-8BCDA0BDD80C}.pdf">https://transparencia.pmdrp.es.gov.br/abrir_arquivo.aspx/ANEXO_VII_Demonstrativo_por_funcao_subfuncao_e_programa_por_projeto_atividade?cdLocal=2&amp;arquivo={EAD3E4D-E14D-A84B-BA10-8BCDA0BDD80C}.pdf</a>	LC 101/2000, art. 5º, inciso III.	Avaliar se a LOA aprovada para o exercício contemplou dotação orçamentária para reserva de contingência, com forma de utilização e montante definidos e compatíveis com a LDO.	R\$120.000,00	100%
2.1.14	LOA previsão de recursos para pagamento de precatórios	Lei nº904/2020 LDO <a href="https://transparencia.pmdrp.es.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Demonstrativo_de_Riscos_Fiscais_e_Providencias?cdLocal=2&amp;arquivo={68CAC0A-A-70C2-E7C1-E1BC-ADB15C5A6D61}.pdf">https://transparencia.pmdrp.es.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Demonstrativo_de_Riscos_Fiscais_e_Providencias?cdLocal=2&amp;arquivo={68CAC0A-A-70C2-E7C1-E1BC-ADB15C5A6D61}.pdf</a>  Lei nº926/2020 LOA <a href="https://transparencia.pmdrp.es.gov.br/abrir_arquivo.aspx/ANEXO_II_Demonstrativo_da_despesa_por_categoria_economica?cdLocal=2&amp;arquivo={EBBAAAC8-AD8C-2108-A145-B31EE33BEBAC}.pdf">https://transparencia.pmdrp.es.gov.br/abrir_arquivo.aspx/ANEXO_II_Demonstrativo_da_despesa_por_categoria_economica?cdLocal=2&amp;arquivo={EBBAAAC8-AD8C-2108-A145-B31EE33BEBAC}.pdf</a>	CRFB/88, art. 100, § 5º.	Avaliar se houve previsão na LDO e inclusão na LOA, de dotação necessária ao pagamento de débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, na forma do artigo 100 da CRFB/88.	LDO R\$285.000,00 LOA R\$250.100,00	100%
2.1.16	LOA programação financeira e cronograma de desembolso.	Informações prestadas pela Secretaria de Administração e Finanças, através do processo nº703/2022	LC 101/2000, art. 8º.	Avaliar se, após a publicação da LOA, foi estabelecida a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.	Informações prestadas pela Secretaria de Administração e Finanças, através do processo nº 0703/2022.	100%
2.1.17	Transparência na gestão	Informações prestadas pela Secretaria de Planejamento, através do processo nº 0705/2022	LC 101/2000, art. 48, parágrafo único	Avaliar se foram realizadas audiências públicas durante o processo de elaboração e discussão dos projetos de lei da LDO e da LOA.	Informações prestadas pela Secretaria de Planejamento, através do processo nº0705/2022.	100%
2.2.2	Instituição, previsão e execução de	Informações prestadas pela Procuradoria do	LC 101/2000, art. 11.	Avaliar se foram instituídos, previstos e efetivamente	R\$1.888.401,19 (Impostos, Taxas e Contribuições de	100%





# *Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto*

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

	receitas.	Município, através do processo nº 0704/2022 e pelo Gabinete do Prefeito, através do processo nº 1382/2018 (pag 2020)		arrecadados todos os tributos de competência do ente da Federação. As providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos em instâncias administrativas e judiciais, e os resultados alcançados.	Melhoria – Balanço Orçamentário 2021)	
2.2.3	Renúncia de receitas estimativa de impacto orçamentário-financeiro.	Informações prestadas pela Secretaria de Administração e Finanças, através do processo nº 0703/2022.	LC 101/2000, art. 14.	Avaliar se a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita foi acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, se atende ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e se observou as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 14, da LRF.	Informações prestadas pela Secretaria de Administração e Finanças, através do processo nº 0703/2022	100%
2.2.4	Renúncia de receitas eficácia da concessão ou ampliação do incentivo.	Informações prestadas pela Procuradoria do Município, através do processo nº e pela Secretaria de Administração e Finanças, através do processo nº 0703/2022.	LC 101/2000, art. 14, § 2º.	Informação prestada através do Processo nº0830/2020	Informações prestadas pela Procuradoria do Município, através do processo nº 0703/2022 e pela Secretaria de Administração e Finanças, através do processo nº 0703/2022.	100%
2.2.5	Renúncia de receitas legislação específica.	Informações prestadas pela Procuradoria do Município, através do processo nº e pela Secretaria de Administração e Finanças, através do processo nº 0703/2022	CRFB/88, art. 150, § 6º.	Avaliar se a concessão de subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, foram concedidos mediante lei específica, estadual ou municipal.	Informações prestadas pela Procuradoria do Município, através do processo nº e pela Secretaria de Administração e Finanças, através do processo nº 0703/2022.	100%



# Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

2.2.6	Renúncia de receitas – resultados	Informações prestadas pela Procuradoria do Município, através do processo nº e pela Secretaria de Administração e Finanças, através do processo nº 0703/2022.	CRFB/88, art. 37. /Legislação específica.	Avaliar se os resultados obtidos em decorrência da renúncia de receitas, sob o aspecto sócio-econômico, atenderem às justificativas apresentadas para sua concessão, as metas resultados esperados consignados nas leis que autorizaram os incentivos, bem como, se atenderam os princípios aplicáveis à administração pública consagrados no artigo 37 da CRFB/88.	Informações prestadas pela Procuradoria do Município, através do processo nº e pela Secretaria de Administração e Finanças, através do processo nº 0703/2022.	100%
2.2.13	Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura	Listagem de Créditos Adicionais - Relatório emitido no sistema contábil	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64.	Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.	R\$ 21.931.851,09	100%
2.2.14	Créditos adicionais – decreto executivo	Listagem de Créditos Adicionais - Relatório emitido no sistema contábil	Lei nº 4.320/1964, art. 42.	Avaliar se os créditos adicionais (suplementares ou especiais) autorizados por lei foram abertos mediante edição de decreto executivo.	R\$ 21.931.851,09	100%
2.2.19	Créditos extraordinários – abertura	Relatório Sistema Contábil	CRFB/88, art. 167, § 3º.	Avaliar se houve abertura de crédito extraordinário para realização de despesas que não atenderam situações imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62 da CRFB/88.	-	100%
2.2.21	Transparência na gestão – instrumentos de planejamento e demonstrativos fiscais	Verificação Portal institucional	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Avaliar se foi dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, aos seguintes instrumentos: PPA, LDO, LOA, Prestações de Contas Mensais e Anual, RREO e RGF, Pareceres Prévios emitidos por Órgão de Controle Interno e Externo, dentre outros. Avaliar, inclusive, se foram observadas as disposições contidas nos artigos 52 a 58 da LRF.	Verificação Portal institucional	100%
2.2.22	Transparência na gestão – execução orçamentária	Portal Institucional do Município	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Avaliar se foi objeto de divulgação, em tempo real, de informações pormenorizadas da execução orçamentária e financeira, observadas as disposições contidas no artigo 48-A da LRF.	Portal Institucional do Município	100%
2.2.22 A	Transparência na gestão – Publicações COVID 19	Portal e site Institucional do município	Lei 13.979/2020, art. 4, § 2º, I, II, III, IV e V.	Avaliar se foram publicadas as ações para combate a COVID-19 (decretos, despesas,	Portal e site Institucional do município	100%



# Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

				contratações, receitas e doações recebidas)		
2.2.23	Transparência na gestão – prestação de contas	Informações prestadas pela Secretaria de Administração e Finanças, através do processo nº 0703/2022.	LC 101/2000, art. 49.	Avaliar se as contas do chefe do Poder Executivo ficaram disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.	Informações prestadas pela Secretaria de Administração e Finanças, através do processo nº 0703/2022.	100%
2.2.27	Concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedades de economia mista.	Informações prestadas pela Secretaria de Administração e Finanças, através do processo nº 0703/2022.	CRFB/88, art. 173, § 2º.	Avaliar se houve concessão de privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedades de economia mista não extensivos ao setor privado.	Informações prestadas pela Secretaria de Administração e Finanças, através do processo nº 0703/2022.	-
2.3.3	Evidenciação de resultados – consolidação	Balanços que compõem a PCA 20021	Lei 4.320/1964, art. 85 / LC 101/2000, arts. 50 e 51 /Portarias STN nº 72 e 437/2012.	Verificar se os demonstrativos contábeis consolidam a execução orçamentária, financeira e patrimonial das unidades gestoras que integram o ente da federação, inclusive estatais dependentes e consórcios públicos.	Demonstrativos Contábeis	100%
2.4.2	Dívida pública – precatórios – integração na dívida consolidada	Balancete da Despesa Orçamentária.	LC 101/2000, art. 30, § 7º.	Avaliar se os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento que nele foram incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites estabelecidos pela Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.	R\$0,00	100%
2.4.4	Dívida pública – evidenciação no RGF	RGF 2º Semestre Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º, inciso III.	Nos casos em que a dívida consolidada líquida do Estado/Município ultrapassou o limite e o valor excedente está sendo reduzido na forma do inciso I, do artigo 4º, avaliar se o limite apurado anualmente, após a aplicação da redução de 1/15 (um quinze avo) está sendo registrado no Relatório de Gestão Fiscal a que se refere o art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 2000;	R\$0,00	100%
2.4.6	Operação de crédito – instituição financeira controlada	RGF 2º Semestre Demonstrativo das Operações de Crédito	LC 101/2000, art. 36.	Avaliar se o Estado/Município realizou operação de crédito com instituição financeira estatal sob seu controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.	R\$0,00	100%



# *Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto*

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

2.4.7	Operação de crédito – instituição financeira controlada	RGF 2º Semestre Demonstrativo das Operações de Crédito	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 17.	Avaliar se foi realizada contratação de operação de crédito em que seja prestada garantia ao Estado/Município por instituição financeira por ele controlada.	R\$0,00	100%
2.4.8	Operação de crédito – vedações	RGF 2º Semestre Demonstrativo das Operações de Crédito	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 5º.	Avaliar se o Estado/Município contratou operação de crédito no exercício, estando impossibilitado de realizar tal operação em decorrência do descumprimento da regra estabelecida pelo artigo 4º da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.	R\$0,00	100%
2.4.9	Operação de crédito – vedações	RGF 2º Semestre Demonstrativo das Operações de Crédito	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 5º.	Avaliar se o Estado/Município incorreu em qualquer das vedações previstas no artigo 5º, da Resolução nº 43/2001, do Senado Federal.	R\$0,00	100%
2.4.10	Operação de crédito – despesas de capital	RGF 2º Semestre Demonstrativo das Operações de Crédito	CRFB/88, art. 167, inciso III.	Avaliar se houve realização de operações de crédito em valor superior ao montante das despesas de capital, apurado na forma estabelecida pelo artigo 6º, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.	R\$0,00	100%
2.4.11	Operação de crédito – limite global	RGF 2º Semestre Demonstrativo das Operações de Crédito	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 7º, inciso I.	Avaliar se o montante global das operações de crédito realizadas pelo Estado/Município no exercício financeiro ultrapassou o limite de 16% (dezesseis por cento) da receita corrente líquida.	R\$0,00	100%
2.4.12	Operação de crédito – limite para amortizações, juros e mais encargos	RGF 2º Semestre Demonstrativo das Operações de Crédito	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 7º, inciso II.	Avaliar se o comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, não excedeu a 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida.	R\$0,00	100%
2.4.13	Operação de crédito – concessão de garantias e contragarantias	RGF 2º Semestre Demonstrativo das Operações de Crédito	LC 101/2000, art. 40.	Avaliar se houve concessão de garantias pelo Estado/Município a operações de crédito interno e externo. Existindo, verificar se foram observadas as condições estabelecidas no artigo 40 da LRF.	R\$0,00	100%
2.4.14	Operação de	RGF 2º Semestre	Resolução nº 43/2001	Avaliar se as exigências	R\$0,00	100%



# Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

	crédito – concessão de garantias e contragarantias	Demonstrativo das Operações de Crédito	do Senado Federal, art. 18.	contidas no artigo 18, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal foram observadas.		
2.4.15	Operação de crédito – concessão de garantias e contragarantias – limite	RGF 2º Semestre Demonstrativo das Operações de Crédito	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 9º.	Avaliar se o saldo global das garantias concedidas pelo Estado/Município não excedeu a 22% (vinte e dois por cento) da receita corrente líquida.	R\$0,00	100%
2.4.16	Operação de crédito – cláusulas contratuais vedadas	RGF 2º Semestre Demonstrativo das Operações de Crédito	Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, art. 20.	Avaliar se foram incluídas cláusulas vedadas pelo artigo 20, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal nos contratos relativos a operações de crédito firmados pelo Estado/Município.	R\$0,00	100%
2.4.17	Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária – exigências para contratação	RGF 2º Semestre Demonstrativo das Operações de Crédito	LC 101/2000, art. 38, incisos I, II e III.	Avaliar se houve contratação de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício. Existindo, avaliar se foram observadas as exigências contidas nos incisos I, II e III, do artigo 38 da LRF.	R\$0,00	100%
2.4.18	Operação de crédito por antecipação de receita orçamentária – vedações	RGF 2º Semestre Demonstrativo das Operações de Crédito	LC 101/2000, art. 38, inciso IV.	Avaliar se houve contratação de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício nas situações vedadas pelo inciso IV, do art. 38, da LRF.	R\$0,00	100%
2.5.3	Alíquota de contribuição – Fixação	Lei 896/2020	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, arts. 1º e 3º.	Verificar se as alíquotas de contribuição vigentes na legislação local estão compatíveis com a legislação previdenciária.	Lei 896/2020 (14% Alíquota Servidor e 20% Alíquota Patronal)	100%
2.5.8	Controle informatizado e individualizado das contribuições dos servidores do ente	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022 e da Divisão de Recursos Humanos, através do processo nº 0727/2022	Lei 9717/1998, art. 1º, VII. Portaria MPS 402/2008, 18	Verificar se o ente federativo mantém registro individualizado dos segurados do RPPS, contendo as informações mínimas exigidas pelo Ministério da Previdência Social.	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022 e da Divisão de Recursos Humanos, através do processo nº 0727/2022.	100%
2.5.9	Disponibilização do registro individualizado ao segurado	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022 e da Divisão de Recursos Humanos, através do processo nº 0727/2022	Lei 9717/1998, art. 1º, VII. Portaria MPS 402/2008, 18	Verificar se o ente federativo disponibiliza aos seus segurados as informações constantes de seu registro individualizado.	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022 e da Divisão de Recursos Humanos, através do processo nº 0727/2022.	100%
2.5.26	Censo Atuarial	Informação prestada pela	Lei Federal 10.887/2004, art. 3º.	Verificar se o ente realiza censo atuarial de todos	Informação prestada pela Divisão de Recursos	100%



# Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

		Divisão de Recursos Humanos, através do processo nº 0708/2022 e pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022.	Portaria MPS 403/2008, art.12.	servidores ativos, aposentados e pensionistas, com a atualização de todos os dados cadastrais necessários para manutenção de base de dados adequada.	Humanos, através do processo nº 0708/2022 e pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022.	
2.5.27	Hipóteses Atuariais - Definição	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022 e pelo Gabinete do Prefeito, através do processo nº 0706/2022.	Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF. Portaria MPS 403, de 10 de Dezembro de 2008, art. 5º.	Verificar se estão sendo eleitas as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras mais adequadas às características da massa de segurado e de seus dependentes para o correto dimensionamento dos compromissos futuros do RPPS.	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022 e pelo Gabinete do Prefeito, através do processo nº 0706/2022	100%
2.5.28	Hipóteses Atuariais – Eleição conjunta	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022 e pelo Gabinete do Prefeito, através do processo nº 0706/2022.	Art. 40 da CF/88, Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso I e art. 69 da LRF. Portaria MPS 403, de 10 de Dezembro de 2008, art. 5º.	Verificar se as hipóteses estão sendo escolhidas conjuntamente pelo ente federativo, a unidade gestora do RPPS e o atuário responsável pela elaboração da avaliação atuarial.	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022 e pelo Gabinete do Prefeito, através do processo nº 0706/2022.	100%

## 1.2. CONSTATAÇÕES E PROPOSIÇÕES DOS PONTOS DE CONTROLE

Código	Achados/Constatações	Proposições/Alertas	Situação														
1.1.3	Conforme verificado no cadastro de movimentação financeira do sistema contábil, foi transferido ao Poder Legislativo Municipal, até o dia 20 de cada mês, o valor de R\$91.750,00, totalizando um montante total de R\$1.101.000,00.	-	Regular														
1.2.13	<p>No exercício de 2021 foi recebido pelo PREVIDRP a quantia de R\$ 524.575,36 referente ao Aporte Atuarial, em conformidade com o valor determinado no anexo I, da Lei 924/2020.</p> <p>Em apuração ao Resultado Financeiro de 2020, identificou-se ausência de Equilíbrio Financeiro, decorrente da diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas, conforme demonstrado abaixo:</p> <table><tr><th colspan="2">Análise Financeira do RPPS</th></tr><tr><td>(=) Receitas Correntes</td><td>3.623.790,79</td></tr><tr><td>(-) Receita Patrimonial</td><td>1.553.573,36</td></tr><tr><td>(-)Outras Receitas Correntes</td><td>524.575,36</td></tr><tr><td>(-) Despesas Empenhadas</td><td>2.564.005,29</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td><b>(=) Insuficiência Financeira</b></td><td><b>(R\$1.018.363,04)</b></td></tr></table> <p>Fonte: Balanço Orçamentário 2021</p> <p>Sendo:</p> <p>Receita Patrimonial = Rendimento Aplicação Financeira</p> <p>Outras Receitas Correntes = Aporte Atuarial</p>	Análise Financeira do RPPS		(=) Receitas Correntes	3.623.790,79	(-) Receita Patrimonial	1.553.573,36	(-)Outras Receitas Correntes	524.575,36	(-) Despesas Empenhadas	2.564.005,29			<b>(=) Insuficiência Financeira</b>	<b>(R\$1.018.363,04)</b>	<p>Deverá haver o Repasse Financeiro ao PREVIDRP, sempre que necessário, promovendo a manutenção do equilíbrio financeiro do RPPS, em virtude de que falta de existência do mesmo descapitaliza o RPPS.</p> <p>Nos exercícios de 2018 e 2019 os diretores presidentes foram citados quanto a Ausência de Aporte para cobertura do Déficit Financeiro pelo TCEES (processo 14721/2019-7 e processo 0437/2020-1).</p> <p>A Lei nº 954/2021 “Dispõe sobre o parcelamento de débitos referentes a Aportes Financeiros devidos e não repassados ao RPPS”.</p>	A Regularizar
Análise Financeira do RPPS																	
(=) Receitas Correntes	3.623.790,79																
(-) Receita Patrimonial	1.553.573,36																
(-)Outras Receitas Correntes	524.575,36																
(-) Despesas Empenhadas	2.564.005,29																
<b>(=) Insuficiência Financeira</b>	<b>(R\$1.018.363,04)</b>																





# Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

1.2.14	<table><tr><th colspan="2">Análise Financeira do RPPS</th></tr><tr><td>(=) Receitas Correntes</td><td>3.623.790,79</td></tr><tr><td>(-) Receita Patrimonial</td><td>1.553.573,36</td></tr><tr><td>(-)Outras Receitas Correntes</td><td>524.575,36</td></tr><tr><td>(-) Despesas Empenhadas</td><td>2.564.005,29</td></tr><tr><td></td><td></td></tr><tr><td><b>(=) Insuficiência Financeira</b></td><td><b>(R\$1.018.363,04)</b></td></tr></table>		Análise Financeira do RPPS		(=) Receitas Correntes	3.623.790,79	(-) Receita Patrimonial	1.553.573,36	(-)Outras Receitas Correntes	524.575,36	(-) Despesas Empenhadas	2.564.005,29			<b>(=) Insuficiência Financeira</b>	<b>(R\$1.018.363,04)</b>	<p>Deverá haver o Repasse Financeiro ao PREVIDRP, sempre que necessário, promovendo a manutenção do equilíbrio financeiro do RPPS, em virtude de que falta de existência do mesmo descapitaliza o RPPS.</p> <p>Nos exercícios de 2018 e 2019 os diretores presidentes foram citados quanto a Ausência de Aporte para cobertura do Déficit Financeiro pelo TCEES (processo 14721/2019-7 e processo 0437/2020-1).</p> <p>A Lei nº 954/2021 “Dispôs sobre o parcelamento de débitos referentes a Aportes Financeiros devidos e não repassados ao RPPS”.</p>	A Regularizar
	Análise Financeira do RPPS																	
	(=) Receitas Correntes	3.623.790,79																
	(-) Receita Patrimonial	1.553.573,36																
	(-)Outras Receitas Correntes	524.575,36																
	(-) Despesas Empenhadas	2.564.005,29																
	<b>(=) Insuficiência Financeira</b>	<b>(R\$1.018.363,04)</b>																
	Fonte: Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro 2021 Sendo: Receita Patrimonial = Rendimento Aplicação Financeira Outras Receitas Correntes = Aporte Atuarial																	
	No exercício de 2021 verificou-se que as receitas previdenciárias recolhidas pelo RPPS não foram suficientes para cobrir as despesas previdenciárias, sendo necessário a utilização dos rendimentos de aplicação financeira, demonstrando assim a existência de déficit financeiro. Fato este comunicado ao presidente do RPPS durante o exercício de 2021, através dos ofícios 14, 18, 19, 20, 24, 27, 30, 38, 45 e 46/2021 e ao Chefe do Poder Executivo, através do memorando nº 82/2021 – processo 4298/2021.																	
1.3.6	Conforme informações prestadas através dos processos 0704/2022 e 0744/2022, no exercício de 2021, as medidas adotadas com vistas à cobrança da dívida ativa foram enviar comunicações da dívida no carnê de IPTU, assim como envio das CDA's ao cartório e envio a Procuradoria Municipal para as medidas cabíveis (cobrança via Fórum).  Para maior agilidade ao processo foi firmado Termo de Cooperação Técnica entre o município e o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil – IEPTB/Secão Espírito Santo, com o objetivo de protesto de certidão de Dívida Ativa, relativa à crédito de natureza tributária ou não tributária, emitida pelo município, a ser realizado pelos tabeliães de protesto de títulos.	-	Regular															
1.4.1	De acordo com verificação realizada no RREO 6º Bimestre, a aplicação dos recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino, no exercício de 2021, atingiu 27,63%, estando em conformidade com o que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.	-	Regular															
1.4.2	De acordo com verificação realizada no RREO 6º Bimestre, a aplicação dos recursos do FUNDEB, no pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício foi de 71,90%.	-	Regular															
1.4.4	O percentual dos recursos aplicados em ações e serviços públicos de saúde, no exercício de 2021, foi de 16,29%, de acordo com o apurado no RREO 6º Bimestre.	-	Regular															
1.4.7	O índice de despesa com pessoal foi no percentual de 42,99%(Consolidado), observando o estabelecido nos artigos 19 e 20 da LRF.	-	Regular															
1.4.10	As despesas totais com pessoal não ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF.	-	Regular															
1.4.11																		
1.4.14	Os repasses ao Poder Legislativo Municipal obedeceram os dispositivos contidos no § 2º do artigo 29-A da CRFB/88, de acordo com verificado no cadastro de movimentação financeira do sistema contábil.	-	Regular															
1.4.15	A dívida consolidada do Município não extrapolou o limite determinado na LC 101/2000, art. 31 e Resolução nº40/2001 do Senado Federal no decorrer da execução orçamentária do exercício de 2021.	-	Regular															
1.4.16	Não houve contratação de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária no exercício de 2021.	-	Regular															
2.1.2	De acordo com o Art.23 da Lei nº904/2020 LDO, a LDO aprovada para o exercício contém dispositivo estabelecendo critérios e forma de	-	Regular															





# Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

	limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea b do inciso II do artigo 4º, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31, todos da LRF.		
2.1.4	De acordo com o Art.28 da Lei nº904/2020, a LDO aprovada para o exercício contém dispositivo estabelecendo condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.	-	Regular
2.1.5	De acordo com verificação no site oficial da PMDRP, a LDO aprovada para o exercício contém o Anexo de Metas Fiscais estabelecendo metas anuais relativas a receitas e despesas, resultados nominal e primário, montante da dívida pública, dentre outras informações, na forma estabelecida pela LRF.	-	Regular
2.1.6	De acordo com verificação no site oficial da PMDRP, os demonstrativos que integram o Anexo de Metas Fiscais da LDO aprovada para o exercício, foram elaborados em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF 11ª edição, editado pela STN.	-	Regular
2.1.7	De acordo com verificação no site oficial da PMDRP, a LDO aprovada para o exercício conteve os Anexo de Riscos Fiscais avaliando os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso esses passivos e riscos se concretizassem.	-	Regular
2.1.8	De acordo com verificação no site oficial da PMDRP, o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, que integrou a LDO aprovada para o exercício de 2021, foi elaborado em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais – 11ª edição, editado pela STN.	-	Regular
2.1.9	Foi verificado através de informação prestada no processo nº 0703/2022 que o Poder Executivo não colocou à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. Entretanto informa que os referidos demonstrativos estão publicados no site do município e o memorial de cálculo da receita para o exercício subsequente demonstrado na LDO também se encontra publicado no site oficial. Reforçando não haver falta de transparência por parte do Executivo.	Comunicação ao Prefeito Municipal, informando sobre o não cumprimento da exigência e propondo que sejam tomadas as devidas providências para a regularização da referida inconsistência.	A Regularizar
2.1.13	A LOA aprovada para o exercício contemplou dotação orçamentária para reserva de contingência, com forma de utilização e montante definidos e compatíveis com a LDO (art. 19, §1º e §2º da Lei nº 904/2020 e LOA - Lei nº 926/2020).	-	Regular
2.1.14	Houve inclusão na LDO, no valor de R\$285.000,00, de dotação necessária ao pagamento de débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado. Na LOA o valor foi de R\$ 250.100,00. Conforme verificado com a Procuradora Municipal, no exercício de 2021 não houve precatórios executados, não havendo assim empenho, liquidação e ordem de pagamento.	-	Regular
2.1.16	Foi verificado através de informação prestada no processo nº 0703/2022, que após a publicação da LOA não foi publicado Decreto estabelecendo a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso. Sendo que a referida rotina foi feita pelo Sistema Contábil.	Comunicação ao Prefeito Municipal, informando sobre o não cumprimento do disposto na LC 101/2000, art. 8º, propondo que sejam tomadas as devidas providências para a regularização da referida inconsistência.	A Regularizar



# Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

2.1.17	De acordo com informações prestadas pela Secretaria de Planejamento, através do processo nº 0705/2022, foi implantado módulo de participação virtual para elaboração da LOA e do PPA, através de acesso direto ao site oficial do município.	Comunicação ao Prefeito Municipal, informando sobre o não cumprimento do disposto na LC 101/2000, art. 48, parágrafo único e orientado sobre a obrigatoriedade do incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração das leis orçamentárias.	A Regularizar
2.2.2	Quanto a efetividade de arrecadação dos tributos de competência do ente: A fiscalização não é realizada em virtude da estrutura administrativa não possuir cargo de Fiscal de Tributos – ensino superior. De acordo com informações prestadas no processo 1382/2018, “ pag 220”, o município está aguardando a reestruturação do plano de Cargos e Carreira.  Conforme informado no processo nº 0704/2022, no exercício de 2021 as medidas adotadas com vistas à cobrança da dívida ativa foram enviar comunicações da dívida no carnê de IPTU, assim como envio das CDA's ao cartório e envio a Procuradoria Municipal para as medidas cabíveis (cobrança via Fórum). Para maior agilidade ao processo foi firmado Termo de Cooperação Técnica entre o município e o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil – IEPTB/Secão Espírito Santo, com o objetivo de protesto de certidão de Dívida Ativa, relativa à crédito de natureza tributária ou não tributária, emitida pelo município, a ser realizado pelos tabeliães de protesto de títulos.	Comunicação ao Prefeito Municipal, informando sobre a necessidade da criação do cargo de “Fiscal de Tributos” – Ensino Superior, a fim de implementar ações para o aumento da arrecadação municipal.	A Regularizar
2.2.3	Conforme informações prestadas através do processo nº 0703/2022, o município não concedeu ou ampliou incentivo ou benefício de natureza tributária através da qual decorresse renúncia de receita.	-	Regular
2.2.4	Conforme informações prestadas através do processo nº 0703/2022, o município não concedeu ou ampliou incentivo ou benefício de natureza tributária através da qual decorresse renúncia de receita.	-	Regular
2.2.5	Conforme informações prestadas através do processo nº 0703/2022, o município não concedeu ou ampliou incentivo ou benefício de natureza tributária através da qual decorresse renúncia de receita.	-	Regular
2.2.6	Conforme informações prestadas através do processo nº 0703/2022, o município não concedeu ou ampliou incentivo ou benefício de natureza tributária através da qual decorresse renúncia de receita.	-	Regular
2.2.13	De acordo com verificação na Listagem de Créditos Adicionais, contactou-se que não houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.	-	Regular
2.2.14	De acordo com verificação na Listagem de Créditos Adicionais, contactou-se que os créditos adicionais (suplementares ou especiais) autorizados por lei foram abertos mediante edição de decreto executivo.	-	Regular
2.2.19	De acordo com verificação na Listagem de Créditos Adicionais, não houve abertura de crédito extraordinário.	-	Regular
2.2.21	É dada ampla divulgação, através do site da PMDRP – Portal da Transparência os seguintes instrumentos: PPA, LDO, LOA, Prestações de Contas Anual, RREO e RGF.	-	Regular
2.2.22	Após verificação ocorrida durante o exercício de 2021, conclui-se que existe a divulgação em meios eletrônicos de acesso público (Portal da Transparência), entretanto, algumas publicações ocorreram em data superior a determinada em lei, fato este comunicado a Secretaria de Administração e Finanças.	Comunicação ao Prefeito Municipal, informando sobre o não cumprimento da referida exigência, propondo a devida regularização.	A Regularizar
2.2.22 A	De acordo com verificação realizada por esta UCCI, as publicações em relação a COVID-19 (decretos estabelecendo medidas para enfrentamento da pandemia COVID-19, despesas, contratações, receitas) estão sendo publicadas no site institucional do município, assim como no portal da transparência.	-	Regular
2.2.23	De acordo com as informações prestadas pela Secretaria de Administração e Finanças, através do processo nº 0703/2022, as contas do chefe do Poder Executivo não ficaram disponíveis, durante	Comunicação ao Prefeito Municipal, informando sobre o não cumprimento do disposto no art. 49, da LC 101/2000.	A Regularizar



# Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

	todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade, todavia as mesmas estavam publicadas no Portal da Transparência do site institucional do Município, assim como é disponibilizado a qualquer interessado da informação, nas dependências do órgão técnico responsável por sua elaboração.	<b>Art. 49.</b> As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.																																																																																																																														
2.2.27	Conforme informações prestadas através do processo nº 0703/2022, o município, no exercício de 2021, não concedeu privilégios fiscais para empresas públicas ou sociedades de economia mista.	-	Regular																																																																																																																													
2.3.3	<p>Os demonstrativos contábeis listados abaixo consolidam a execução orçamentária, financeira e patrimonial das unidades gestoras que integram o ente da federação.</p> <table><tr><th colspan="3">Balanco Orçamentário</th></tr><tr><th>Unidade Gestora</th><th>Receita Orçada</th><th>Despesa Realizada</th></tr><tr><td>Fundo M de Saúde</td><td>2.723.658,45</td><td>7.643.218,02</td></tr><tr><td>Prefeitura</td><td>31.941.477,62</td><td>24.035.727,31</td></tr><tr><td>PREVIDRP</td><td>3.623.790,97</td><td>2.564.005,29</td></tr><tr><td>Câmara</td><td>0,00</td><td>990.971,96</td></tr><tr><td>Valor Total</td><td>38.288.927,04</td><td>35.233.922,58</td></tr><tr><td>Superavit</td><td></td><td>3.055.004,46</td></tr><tr><td>Valor Consolidado</td><td>38.288.927,04</td><td>38.288.927,04</td></tr></table> <table><tr><th colspan="3">Balanco Patrimonial</th></tr><tr><th>Unidade Gestora</th><th>Total Ativo (R\$)</th><th>Total Passivo(R\$)</th></tr><tr><td>Fundo M de Saúde</td><td>6.135.805,00</td><td>6.135.805,00</td></tr><tr><td>Prefeitura</td><td>38.806.535,90</td><td>38.806.535,90</td></tr><tr><td>PREVIDRP</td><td>20.099.081,66</td><td>20.099.081,66</td></tr><tr><td>Câmara</td><td>256.780,14</td><td>256.780,14</td></tr><tr><td>Valor Total</td><td>65.298.202,70</td><td>65.298.202,70</td></tr><tr><td>Valor Consolidado</td><td>65.298.202,70</td><td>65.298.202,70</td></tr></table> <table><tr><th colspan="3">Balanco Financeiro</th></tr><tr><th>Unidade Gestora</th><th>Total Ativo (R\$)</th><th>Total Passivo(R\$)</th></tr><tr><td>Fundo M de Saúde</td><td>10.900.356,74</td><td>10.900.356,74</td></tr><tr><td>Prefeitura</td><td>41.978.976,24</td><td>41.978.976,24</td></tr><tr><td>PREVIDRP</td><td>23.751.573,55</td><td>23.751.573,55</td></tr><tr><td>Câmara</td><td>1.266.790,70</td><td>1.266.790,70</td></tr><tr><td>Valor Total</td><td>77.897.697,23</td><td>77.897.697,23</td></tr><tr><td>Valor Consolidado</td><td>77.897.697,23</td><td>77.897.697,23</td></tr></table> <table><tr><th colspan="4">Variações Patrimoniais - DEMVAP</th></tr><tr><th>UG</th><th>VPA</th><th>VPD</th><th>Res Patrimônio Líquido</th></tr><tr><td>FMS</td><td>7.885.441,05</td><td>6.753.686,70</td><td>1.131.754,35</td></tr><tr><td>PMDRP</td><td>31.967.390,17</td><td>28.924.968,98</td><td>3.042.421,19</td></tr><tr><td>PREVIDRP</td><td>5.438.531,44</td><td>7.200.270,61</td><td>1.761.739,17</td></tr><tr><td>Câmara</td><td>1.131.888,06</td><td>1.160.899,24</td><td>29.011,18</td></tr><tr><td>Valor Total</td><td>46.423.250,72</td><td>44.039.825,53</td><td>2.383.425,19</td></tr><tr><td>Valor Total Consolidado</td><td>46.423.250,72</td><td>44.039.825,53</td><td>2.383.425,19</td></tr></table> <table><tr><th colspan="3">Demonstrativo da Dívida Fundada</th></tr><tr><th>Unidade Gestora</th><th>Saldo Anterior</th><th>Saldo Atual</th></tr><tr><td>Fundo M de Saúde</td><td>0,00</td><td>0,00</td></tr><tr><td>Prefeitura</td><td>0,00</td><td>0,00</td></tr><tr><td>PREVIDRP</td><td>22.125.076,35</td><td>24.034.898,28</td></tr><tr><td>Câmara</td><td>0,00</td><td>0,00</td></tr></table>	Balanco Orçamentário			Unidade Gestora	Receita Orçada	Despesa Realizada	Fundo M de Saúde	2.723.658,45	7.643.218,02	Prefeitura	31.941.477,62	24.035.727,31	PREVIDRP	3.623.790,97	2.564.005,29	Câmara	0,00	990.971,96	Valor Total	38.288.927,04	35.233.922,58	Superavit		3.055.004,46	Valor Consolidado	38.288.927,04	38.288.927,04	Balanco Patrimonial			Unidade Gestora	Total Ativo (R\$)	Total Passivo(R\$)	Fundo M de Saúde	6.135.805,00	6.135.805,00	Prefeitura	38.806.535,90	38.806.535,90	PREVIDRP	20.099.081,66	20.099.081,66	Câmara	256.780,14	256.780,14	Valor Total	65.298.202,70	65.298.202,70	Valor Consolidado	65.298.202,70	65.298.202,70	Balanco Financeiro			Unidade Gestora	Total Ativo (R\$)	Total Passivo(R\$)	Fundo M de Saúde	10.900.356,74	10.900.356,74	Prefeitura	41.978.976,24	41.978.976,24	PREVIDRP	23.751.573,55	23.751.573,55	Câmara	1.266.790,70	1.266.790,70	Valor Total	77.897.697,23	77.897.697,23	Valor Consolidado	77.897.697,23	77.897.697,23	Variações Patrimoniais - DEMVAP				UG	VPA	VPD	Res Patrimônio Líquido	FMS	7.885.441,05	6.753.686,70	1.131.754,35	PMDRP	31.967.390,17	28.924.968,98	3.042.421,19	PREVIDRP	5.438.531,44	7.200.270,61	1.761.739,17	Câmara	1.131.888,06	1.160.899,24	29.011,18	Valor Total	46.423.250,72	44.039.825,53	2.383.425,19	Valor Total Consolidado	46.423.250,72	44.039.825,53	2.383.425,19	Demonstrativo da Dívida Fundada			Unidade Gestora	Saldo Anterior	Saldo Atual	Fundo M de Saúde	0,00	0,00	Prefeitura	0,00	0,00	PREVIDRP	22.125.076,35	24.034.898,28	Câmara	0,00	0,00	-	Regular
Balanco Orçamentário																																																																																																																																
Unidade Gestora	Receita Orçada	Despesa Realizada																																																																																																																														
Fundo M de Saúde	2.723.658,45	7.643.218,02																																																																																																																														
Prefeitura	31.941.477,62	24.035.727,31																																																																																																																														
PREVIDRP	3.623.790,97	2.564.005,29																																																																																																																														
Câmara	0,00	990.971,96																																																																																																																														
Valor Total	38.288.927,04	35.233.922,58																																																																																																																														
Superavit		3.055.004,46																																																																																																																														
Valor Consolidado	38.288.927,04	38.288.927,04																																																																																																																														
Balanco Patrimonial																																																																																																																																
Unidade Gestora	Total Ativo (R\$)	Total Passivo(R\$)																																																																																																																														
Fundo M de Saúde	6.135.805,00	6.135.805,00																																																																																																																														
Prefeitura	38.806.535,90	38.806.535,90																																																																																																																														
PREVIDRP	20.099.081,66	20.099.081,66																																																																																																																														
Câmara	256.780,14	256.780,14																																																																																																																														
Valor Total	65.298.202,70	65.298.202,70																																																																																																																														
Valor Consolidado	65.298.202,70	65.298.202,70																																																																																																																														
Balanco Financeiro																																																																																																																																
Unidade Gestora	Total Ativo (R\$)	Total Passivo(R\$)																																																																																																																														
Fundo M de Saúde	10.900.356,74	10.900.356,74																																																																																																																														
Prefeitura	41.978.976,24	41.978.976,24																																																																																																																														
PREVIDRP	23.751.573,55	23.751.573,55																																																																																																																														
Câmara	1.266.790,70	1.266.790,70																																																																																																																														
Valor Total	77.897.697,23	77.897.697,23																																																																																																																														
Valor Consolidado	77.897.697,23	77.897.697,23																																																																																																																														
Variações Patrimoniais - DEMVAP																																																																																																																																
UG	VPA	VPD	Res Patrimônio Líquido																																																																																																																													
FMS	7.885.441,05	6.753.686,70	1.131.754,35																																																																																																																													
PMDRP	31.967.390,17	28.924.968,98	3.042.421,19																																																																																																																													
PREVIDRP	5.438.531,44	7.200.270,61	1.761.739,17																																																																																																																													
Câmara	1.131.888,06	1.160.899,24	29.011,18																																																																																																																													
Valor Total	46.423.250,72	44.039.825,53	2.383.425,19																																																																																																																													
Valor Total Consolidado	46.423.250,72	44.039.825,53	2.383.425,19																																																																																																																													
Demonstrativo da Dívida Fundada																																																																																																																																
Unidade Gestora	Saldo Anterior	Saldo Atual																																																																																																																														
Fundo M de Saúde	0,00	0,00																																																																																																																														
Prefeitura	0,00	0,00																																																																																																																														
PREVIDRP	22.125.076,35	24.034.898,28																																																																																																																														
Câmara	0,00	0,00																																																																																																																														



# Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Controladoria-Geral do Município

	<b>Valor Total</b>	<b>22.125.076,35</b>	<b>24.034.898,28</b>
	<b>Valor Consolidado</b>	<b>22.125.076,35</b>	<b>24.034.898,28</b>
	<b>Demonstrativo da Dívida Flutuante (Saldo Anterior)</b>		
	<b>Unidade Gestora</b>	<b>RP Processados</b>	<b>RP Não Processados</b>
	Fundo M de Saúde	29.426,59	466.062,92
	Prefeitura	106.450,52	671.684,00
	PREVIDRP	0,00	8.800,00
	Câmara	0,00	29.416,28 ou 25.000,00
	<b>Valor Total</b>	<b>135.877,11</b>	<b>1.175.963,20</b>
	<b>Valor Consolidado</b>	<b>135.877,11</b>	<b>1.175.963,20</b>
	<b>Demonstrativo da Dívida Flutuante (Saldo Atual)</b>		
	<b>Unidade Gestora</b>	<b>Consignação</b>	<b>Depósitos</b>
	Fundo M de Saúde	-	511.911,91
	Prefeitura	75.696,51	859.743,01
	PREVIDRP	-	4.500,00
	Câmara	11.119,33	27.950,18
	<b>Valor Total</b>	<b>86.815,84</b>	<b>1.404.105,10</b>
	<b>Valor Consolidado</b>	<b>86.815,84</b>	<b>1.404.105,10</b>
	<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido</b>		
	<b>Unidade Gestora</b>	<b>Saldo Final</b>	<b>Ex. Atual</b>
	Fundo M de Saúde	6.083.2388,58	
	Prefeitura	37.119.749,41	
	PREVIDRP	3.955.621,79	
	Câmara	203.447,65	
	<b>Valor Total</b>	<b>39.450.863,85</b>	
	<b>Valor Consolidado</b>	<b>39.450.863,85</b>	
2.4.2	Conforme verificado com a Procuradora Municipal, no exercício de 2021 não houve precatórios executados, não havendo assim obrigação de execução orçamentária do mesmo.	-	Regular
2.4.4	A Dívida Consolidada Líquida do Município não ultrapassou o limite determinado.	-	Regular
2.4.6	O município não contratou operação de crédito no exercício.	-	Regular
2.4.7	O município não contratou operação de crédito no exercício.	-	Regular
2.4.8	O município não contratou operação de crédito no exercício.	-	Regular
2.4.9	O município não contratou operação de crédito no exercício.	-	Regular
2.4.10	O município não contratou operação de crédito no exercício.	-	Regular
2.4.11	O município não contratou operação de crédito no exercício.	-	Regular
2.4.12	O município não contratou operação de crédito no exercício.	-	Regular
2.4.13	O município não contratou operação de crédito no exercício.	-	Regular
2.4.14	O município não contratou operação de crédito no exercício.	-	Regular
2.4.15	O município não contratou operação de crédito no exercício.	-	Regular
2.4.16	O município não contratou operação de crédito no exercício.	-	Regular



# Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

2.4.17	O município não contratou operação de crédito no exercício.	-	Regular
2.4.18	O município não contratou operação de crédito no exercício.	-	Regular
2.5.3	As alíquotas de contribuição vigentes na legislação local estão compatíveis com a legislação previdenciária. Lei 896/2020 (14% Alíquota Servidor e 20% Alíquota Patronal)	-	Regular
2.5.8	O Ente federativo, através da Divisão de Recursos Humanos, mantém registro individualizado dos segurados, porém não atende todas as exigências regulamentadas na Portaria MPS 402/2008, art.18 e a Lei 9717/1998, art. 1º.	<p>Comunicação ao Prefeito Municipal, informando sobre o não cumprimento do disposto na legislação descrita abaixo, solicitando a Divisão de Recursos Humanos que verifique junto a empresa locadora do software as mudanças necessárias para atendimento aos órgãos reguladores.</p> <p>Lei 9717/1998</p> <p>Art. 1º Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal deverão ser organizados, baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, observados os seguintes critérios:</p> <p>VII - registro contábil individualizado das contribuições de cada servidor e dos entes estatais, conforme diretrizes gerais;</p> <p>Portaria MPS 402/2008</p> <p>Art. 18. O ente federativo manterá registro individualizado dos segurados do RPPS, que conterá as seguintes informações: I - nome e demais dados pessoais, inclusive dos dependentes; II - matrícula e outros dados funcionais; III - remuneração de contribuição, mês a mês; IV - valores mensais da contribuição do segurado; V - valores mensais da contribuição do ente federativo. Parágrafo único. Ao segurado e, na sua falta, aos dependentes devidamente identificados serão disponibilizadas as informações constantes de seu registro individualizado.</p>	A Regularizar
2.5.9	De acordo com informações prestadas pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022 e pela Divisão de Recursos Humanos através do processo nº 0727/2022, não é possível disponibilizar ao segurado todas as informações determinadas na Lei 9717/1998, art. 1º, VII e a Portaria MPS 402/2008, 18, em virtude do déficit do software contábil e de pessoal utilizado.	Comunicação ao Diretor Presidente, informando que o RPPS deve solicitar ao ente que requeira da empresa locadora do software contábil e de pessoal que regularize a referida pendência, para atender a Lei 9717/1998, art. 1º, VII e a Portaria MPS 402/2008, 18.	A Regularizar
2.5.26	De acordo com informação prestada pela Chefe da Divisão de Recursos Humanos, através do processo nº 0708/2022, foi realizado no exercício de 2020 o Censo Atuarial dos servidores ativos, pensionistas e aposentados, sendo que todas as informações referentes aos servidores foram atualizadas no sistema e na pasta funcional.	-	Regular
	De acordo com informações prestadas pelo PREVIDRP, através do processo 0707/2022, no exercício de 2021 não foi realizado censo atuarial formal, entretanto todas as informações dos aposentados e pensionistas tem sido processadas e atualizadas regularmente.		
2.5.27	De acordo com informações prestadas pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022 e pelo Gabinete do Prefeito, através do processo nº 0706/2022, a definição das hipóteses atuariais é eleita pelo atuário contratado, através da documentação enviada pelo RPPS e pelo Ente Municipal. O RPPS analisa e toma ciência das mesmas ao final do estudo.	-	Regular



## *Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto*

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Controladoria-Geral do Município

2.5.28	Informação prestada pelo PREVIDRP, através do processo nº 0707/2022 e pelo Gabinete do Prefeito, através do processo nº 0706/2022, comunicando que as hipóteses foram apresentadas pelo atuário, o RPPS enviou ao Ente Municipal, através do processo nº1335/2022, para apuração, ciência e decisão conjunta.	-	Regular
--------	---	---	---------

Não foi informada Proposição/Alerta para os itens que se encontram em situação REGULAR.

### **1.3. DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, PATRIMONIAL E FISCAL**

O índice da despesa com pessoal no exercício de 2021 atingiu percentual de 42,99%(consolidado), observando o estabelecido nos artigos 19 e 20 da LRF, o percentual dos recursos aplicados em ações e serviços públicos de saúde foi de 16,29%, e o aplicado na manutenção e no desenvolvimento do ensino foi de 27,63%, índices superiores ao mínimo exigido na CF.

As medidas adotadas com vistas à cobrança da dívida ativa foram enviar comunicações da dívida no carnê de IPTU, assim como envio das CDA's ao cartório e envio a Procuradoria Municipal para as medidas cabíveis (cobrança via Fórum).

Para maior agilidade ao processo foi firmado Termo de Cooperação Técnica entre o município e o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil – IEPTB/Secção Espírito Santo, com o objetivo de protesto de certidão de Dívida Ativa, relativa à crédito de natureza tributária ou não tributária, emitida pelo município, a ser realizado pelos tabeliães de protesto de títulos.

Após apuração realizada verificando as informações contidas na Listagem de Empenhos, Demonstrativo de Restos a Pagar, Fluxo de Caixa Bancário e Demonstrativo da Dívida Flutuante, da Unidade Gestora Prefeitura, apurou-se existir Suficiência Financeira para cobrir o valor dos restos a pagar, as consignações e os depósitos caução/honorários advocatícios referentes ao exercício de 2021.

Conforme verificado com a Procuradoria Municipal, no exercício de 2021 não houve precatórios executados, não havendo assim empenho, liquidação e ordem de pagamento referente aos mesmos.

No exercício de 2021 não houve alteração significativa em relação a situação dos achados detectados na Auditoria/Levantamento da Receita, realizada pelo TCEES.

### **1.4. DA GESTÃO PREVIDENCIÁRIA**

No exercício de 2021 o município repassou ao PREVIDRP a quantia de R\$ 524.575,36, referente ao Aporte Atuarial, em conformidade com o valor determinado na Lei 924/2020. Foi repassado também o valor de R\$85.823,83, relativo a parte do pagamento referente ao Parcelamento do Déficit Financeiro apurado nos exercícios de 2018 e 2019, conforme a Lei nº 954/2021 que, “Dispôs sobre o parcelamento de débitos referentes a Aportes Financeiros devidos e não repassados ao RPPS”.

Em apuração ao Resultado Financeiro de 2021, identificou-se ausência de Equilíbrio Financeiro, decorrente da diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas, não havendo a manutenção do equilíbrio financeiro assim como verificou-se que não foram instituídas medidas com





## Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Controladoria-Geral do Município

vistas ao reequilíbrio do RPPS, referente ao exercício de 2021, sendo apurado Déficit Financeiro de R\$1.018.363,04, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Análise Financeira do RPPS	
(=) Receitas Correntes	3.623.790,79
(-) Receita Patrimonial	1.553.573,36
(-)Outras Receitas Correntes	524.575,36
(-) Despesas Empenhadas	2.654.005,29
<b>(=) Insuficiência Financeira</b>	<b>(R\$1.018.363,04)</b>

Balanco Orçamentário 2021

Receita Patrimonial = Rendimento Aplicação Financeira  
Outras Receitas Correntes = Aporte Atuarial

Importante frisar que durante o exercício de 2021 a análise financeira era realizada através da comparação entre as receitas previdenciárias recolhidas pelo RPPS e as despesas previdenciárias pagas, sendo que as receitas não eram suficientes para cobrir as despesas previdenciárias, havendo a necessidade da utilização dos rendimentos de aplicação financeira. Fato este comunicado ao Diretor Presidente do RPPS durante o exercício de 2021, através dos ofícios 14, 18, 19, 20, 24, 27, 30, 38, 45 e 46/2021 e ao Chefe do Poder Executivo, através do memorando nº 82/2021 – processo 4298/2021.

### 1.5. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

#### 1.5.1. Análise da Consistência dos Saldos de Restos a Pagar Não Processados entre Balanco Orçamentário e Balanco Financeiro

O valor da inscrição de Restos a Pagar não Processados (exercício atual), informado no Balanco Financeiro, deve ser igual ao total da despesa empenhada subtraído o total da despesa liquidada, informada no Balanco Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Restos a Pagar não Processados	
Balanco Financeiro (a)	1.379.105,10
Balanco Orçamentário (b)	1.379.105,10
<b>Divergência (a-b)</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Balanco Financeiro e Balanco Patrimonial exercício 2021

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.





### 1.5.2. Análise da Consistência dos Saldos de Restos a Pagar Processados entre Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário

O valor da inscrição de Restos a Pagar Processados (exercício atual), informado no Balanço Financeiro, deve ser igual ao total da despesa liquidada subtraído o total da despesa paga, informada no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Restos a Pagar Processados	
Balanço Financeiro (a)	86.815,84
Balanço Orçamentário (b)	86.815,84
<b>Divergência (a-b)</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Orçamentário exercício 2021

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

### 1.5.3. Análise da Execução Orçamentária na dotação Reserva de Contingência informada no Balanço Orçamentário

Verificação nas informações do Balanço Orçamentário, se houve execução de despesa orçamentária na dotação “Reserva de Contingência”, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Execução de despesa na dotação Reserva de Contingência	
Despesa Empenhada	0,00
Despesa Liquidada	0,00
Despesa Paga	<b>0,00</b>

Fonte: Balanço Orçamentário exercício 2021

Pelo exposto, verifica-se a ausência de execução orçamentária na dotação Reserva de Contingência.

### 1.5.4. Análise da Execução Orçamentária na dotação Reserva do RPPS informada no Balanço Orçamentário

Verificação se houve execução de despesa orçamentária na dotação “Reserva do RPPS”, com base nas informações do Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Execução de despesa na dotação Reserva do RPPS	
Despesa Empenhada	0,00
Despesa Liquidada	0,00
Despesa Paga	<b>0,00</b>

Fonte: Balanço Orçamentário exercício 2021

Pelo exposto, verifica-se a ausência de execução orçamentária na dotação da Reserva do RPPS.

### 1.5.5. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à Receita Orçamentária

O total da receita orçamentária (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao total da receita orçamentária, informado no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Total da Receita Orçamentária	
Balanço Financeiro (a)	38.288.927,04
Balanço Orçamentário (b)	38.288.927,04
<b>Divergência (a-b)</b>	<b>0,00</b>



## *Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto*

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Controladoria-Geral do Município

Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Orçamentário exercício 2021

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

### **1.5.6. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à Despesa Orçamentária**

O total da despesa orçamentária (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao total da despesa orçamentária, informado no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

<b>Total da Despesa Orçamentária</b>	
Balanço Financeiro (a)	35.233.922,58
Balanço Orçamentário (b)	35.233.922,58
<b>Divergência (a-b)</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Orçamentário exercício 2021

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

### **1.5.7. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício anterior da conta Caixa e Equivalentes de Caixa**

O saldo da conta caixa e Equivalentes de Caixa (exercício anterior) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao informado no Balanço Patrimonial (coluna exercício anterior), conforme demonstrado na tabela abaixo:

<b>Conta Caixa e Equivalentes de Caixa (exercício anterior)</b>	
Balanço Financeiro (a)	27.803.318,35
Balanço Patrimonial (b)	27.803.318,35
<b>Divergência (a-b)</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial exercício 2021

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

### **1.5.8. Análise entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício anterior atual da conta Caixa e Equivalentes de Caixa**

O saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa (exercício atual) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao informado no Balanço Patrimonial (coluna exercício atual), conforme demonstrado na tabela abaixo:

<b>Conta Caixa e Equivalentes de Caixa (exercício atual)</b>	
Balanço Financeiro (a)	29.141.377,37
Balanço Patrimonial (b)	29.141.377,37
<b>Divergência (a-b)</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial exercício 2021

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

### **1.5.9. Análise entre a Demonstração das Variações Patrimoniais e o Balanço Patrimonial em relação ao resultado patrimonial**

O resultado patrimonial apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) deve ser igual ao resultado do exercício no patrimônio líquido do Balanço Patrimonial, conforme



## Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Controladoria-Geral do Município

demonstrado na tabela abaixo:

Resultado Patrimonial	
<b>Exercício atual</b>	
DVP (a)	2.383.425,19
Balanço Patrimonial (b)	2.383.425,19
<b>Divergência (a-b)</b>	<b>0,00</b>
<b>Exercício anterior</b>	
DVP (a)	193.912,64
Balanço Patrimonial (b)	193.912,64
<b>Divergência (a-b)</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Balanço Patrimonial a Demonstração das Variações Patrimoniais exercício 2021

Pelo exposto, verifica-se a existência de conformidade entre os demonstrativos contábeis.

### 1.5.10. Análise entre os totais dos saldos devedores e dos saldos credores

Os saldos devedores devem ser iguais aos saldos credores, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Comparativo dos saldos Devedores e Credores	
<b>Saldos Devedores (a) = I + II</b>	<b>109.338.028,23</b>
Ativo (BALPAT) - I	65.298.202,70
Variações Patrimoniais Diminutivas (DEMVAP) - II	44.039.825,53
<b>Saldos Credores (b) = III – IV + V</b>	<b>109.338.028,23</b>
Passivo Total = Passivo Exigível + Patrimônio Líquido (BALPAT) - III	65.298.202,70
Resultado Exercício (BALPAT) -IV	2.383.425,19
Variações Patrimoniais Aumentativas (DEMVAP) - V	46.423.250,72
<b>Divergência (c) = (a) – (b)</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Balanço Patrimonial a Demonstração das Variações Patrimoniais exercício 2021

Pelo exposto, verifica-se a observância ao método das partidas dobradas.

### 1.5.11. Análise da despesa Executada em relação à Dotação Atualizada

O valor da despesa executada no Balanço Orçamentário deve ser menor ou igual à dotação orçamentária atualizada, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Execução da Despesa Orçamentária	
Despesa Empenhada (a)	35.233.922,58
Dotação Atualizada (b)	-38.836.643,14
<b>Execução da despesa em relação à dotação (a-b)</b>	<b>3.602.720,56</b>

Fonte: Balanço Orçamentário exercício 2021

Pelo exposto, verifica-se que não houve execução orçamentária da despesa em valores superiores à dotação atualizada.

## 1.6. CONSTATAÇÕES DOCUMENTAÇÃO DA PCA

A documentação necessária para subsídio das análises dos Pontos de Controle foi recebida através da documentação constante nos processos:



## *Prefeitura Municipal de Dorcas do Rio Preto*

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Controladoria-Geral do Município

nº 0706/2022 – Gabinete do Prefeito

nº 0704/2022 - Procuradoria Geral do Município

nº 0705/2022 – Secretaria de Planejamento

nº 0703/2022 – Secretaria de Administração e Finanças

nº 0708/2022 e 0727/2022 - Divisão de Recursos Humanos

nº 0707/2022 – PREVIDRP

Os arquivos contábeis foram emitidos através do sistema contábil, pela própria Unidade Central de Controle Interno, outra parte da documentação, que serviu de base para verificação da consistência dos arquivos da PCA, foi solicitado por esta UCCI no dia 23/02/2022, através do processo nº 1422/2022, e foi enviada pela Divisão de Contabilidade, no dia 25/03/2022, retornando o mesmo no dia 29/03/2022, sendo apontado por esta UCCI inconsistências nos arquivos: NOTAEXP, DECINAT, PESS, DECPRO, DECAMOR, SUSTEN, LEIDES e PCFUND, e da falta do envio dos arquivos: DELREPI e DELPROG.

Dos 11 (onze) Pontos de Controle que ficaram “A Regularizar” destacamos a inconsistência dos itens 1.2.13 e 1.2.14, nos quais verificou-se haver a ausência de equilíbrio financeiro do regime previdenciário, assim como de que não foram instituídas medidas com vistas ao reequilíbrio do RPPS, sendo apurado Déficit Financeiro de R\$1.018.363,04 (um milhão, dezoito mil e trezentos e sessenta e três reais e quarto centavos). Importante frisar que durante o exercício de 2021 a análise era realizada através da comparação entre as receitas previdenciárias recolhidas pelo RPPS e as despesas previdenciárias pagas, sendo que as receitas não eram suficientes para cobrir as despesas previdenciárias, havendo a necessidade da utilização dos rendimentos de aplicação financeira. Fato este comunicado ao Diretor Presidente do RPPS durante o exercício de 2021, através dos ofícios 14, 18, 19, 20, 24, 27, 30, 38, 45 e 46/2021 e ao Chefe do Poder Executivo, através do memorando nº 82/2021 – processo 4298/2021. Quanto aos achados referentes aos Pontos de Controle que se encontram em situação “A Regularizar”, informamos que as inconsistências estão descritas no item 1.3 – Tabela Constatações e Proposições dos Pontos de Controle acima descrita.

Ressaltamos ainda, que nos exercícios de 2018 e 2019 os diretores presidentes e o Chefe do Poder Executivo Municipal foram citados quanto a Ausência de Aporte para cobertura do Déficit Financeiro pelo TCEES (processo 14721/2019-7 e processo 0437/2020-1).

No exercício de 2021 foi promulgada a Lei nº 954/2021 que “Dispõe sobre o parcelamento de débitos referentes a Aportes Financeiros devidos e não repassados ao RPPS”, referente ao período de 2018 e 2019.

Os arquivos BALEXOC, RELPRE, DEMCAD e PROATU não foram analisados, em virtude de que os mesmos possuem codificação xml, e o sistema contábil não tem opção de impressão ou visualização em formato de relatório ou demonstrativo.



## *Prefeitura Municipal de Doris do Rio Preto*

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Controladoria-Geral do Município


Ressaltamos que o Sr. Cleudenir José de Carvalho Neto, prefeito municipal, responsável pela Conta de Prefeito – Governo - Consolidado, será cientificado quanto as referidas inconsistências relatadas.

### 2. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. Cleudenir José de Carvalho Neto, responsável pela Conta de Governo - Consolidada, relativa ao exercício de 2021.

A Unidade Central de Controle Interno, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados acima descritos, elencados nos itens 1.3 (49 com situação "Regular" e 10 com situação "A Regularizar") e 1.4 (11 análises contábeis em Conformidade) desta manifestação, conclui que a referida Prestação de Contas se encontra **REGULAR COM RESSALVAS**.

Doris do Rio Preto/ES, 29 de março de 2022.

  
*Carlos Alberto da Silva Junior*  
Controlador Geral Interno  
Matrícula 014944  
OAB/MG 165.055

  
*Ivana Cecília Lacerda Loreti*  
Coordenador de Controle Interno  
Matrícula 014957  
OAB/MG 203.428

  
*Luciane Teresinha Pirovani Palácios*  
Auditor Público Municipal  
Matrícula 012673  
CRC-ES 017959/O-